

Kathia Maria Costa Neiva
e colaboradores

INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL
Aspectos teóricos, metodológicos e
experiências práticas



1^a edição
2010



Vetor
editora

EDITORA PSICO-PEDAGÓGICA LTDA.
Rua Cubatão 48 - CEP 04013-000 - SP
Tel. (11) 3146-0333 - Fax. (11) 3146-0340
www.vetoreitora.com.br vendas@vetoreitora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Neiva, Kathia Maria Costa

Intervenção psicossocial : aspectos teóricos,
metodológicos e experiências práticas / Kathia
Maria Costa Neiva. — São Paulo: Vetur, 2010.

Vários colaboradores.

1. Intervenção (Psicologia) 2. Psicologia
social I. Título.

10-06240

CDD – 302.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Intervenção psicossocial: Aspectos teóricos, metodológicos
e experiências práticas: Psicologia social 302.3

ISBN: 978-85-7585-342-9

Projeto gráfico: Patricia Figueiredo

Capa: Énio Rodrigues

Revisão: Mônica de Deus Martins

*A todos aqueles que contribuíram para que
este livro existisse: minha família, meus colegas
colaboradores nesta obra, meus alunos e
todas as pessoas que participaram das várias
intervenções aqui relatadas.*

© 2010 – Vetur Editora Psico-Pedagógica Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por qualquer meio existente
e para qualquer finalidade, sem autorização por escrito dos editores.

- DUBOST, J. Notas sobre a origem e evolução de uma prática de intervenção psicossociológica. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 160-173.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- LÉVY, A. A psicossociologia: crise ou renovação In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994a, p. 101-112.
- _____. A mudança: esse obscuro objeto do desejo. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994b, p. 113-123.
- MACHADO, M. N. da M. *Práticas psicossociais; pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2004.
- MACHADO, M. N. M.; ROEDEL, S. Apresentação. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 7-12.
- MAISONNEUVE, J. *Introdução à psicossociologia*. São Paulo: CEN/Edusp, 1977.
- NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso comunidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 100-126.
- PAGÈS, M. *A vida afetiva dos grupos*. Petrópolis: Vozes/Edusp, 1976.
- PEREIRA, W. C. C. *Nas trilhas do trabalho comunitário e social: teoria, método e prática*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PICHON-RIVIÈRE, H. *O processo grupal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SARRIERA, J. C. et al. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: SARRIERA J. C. (Coord.). *Psicologia comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 25-44.

CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DIAGNÓSTICO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS

Kathia Maria Costa Neiva

O interventor necessita primeiramente conhecer o grupo, instituição, organização ou comunidade, aproximar-se de seus componentes, ajudá-los a fazer um levantamento das necessidades psicossociais, para então, junto com o grupo, decidir o(s) foco(s) da intervenção.

Portanto, antes de planejar qualquer intervenção, é primordial conhecer se existe e qual é a demanda do grupo-alvo. “Uma intervenção psicossocial é desencadeada apenas se há uma demanda de algum grupo, organização, instituição ou comunidade, o que não exclui, da parte dos consultores, uma oferta de trabalho.” (MACHADO, 2004, p. 39). Ou seja, nem sempre a demanda de mudança ou ajuda parte espontaneamente do grupo; com frequência esta é desencadeada pela oferta do interventor. Da mesma forma, nem sempre a demanda é explícita, clara e até mesmo consciente. De acordo com Lévy (1994) faz parte do trabalho do psicossociólogo fazer emergir as demandas; não só permitir uma expressão menos difusa delas, mas também permitir interpretá-las. “Fazer

emergir demandas não consiste em adotar uma atitude de escuta passiva" (LÉVY, 1994, p. 107).

Quem fez a demanda inicial? A direção da instituição, um setor específico, algum funcionário ou técnico? Partiu do quadro diretivo ou das bases? A demanda foi espontânea ou surgiu após uma oferta do serviço? É importante analisar como surgiu a demanda, se houve um encaminhamento, de quem partiu e como se deu.

Além disso, segundo Bleger (1984, p. 42), para que uma instituição solicite e aceite a intervenção é necessário um "certo grau de maturidade ou *insight* de seus problemas ou de sua situação conflituosa, mas a função do psicólogo conduz também a que se tome consciência de sua necessidade".

Para Barembliit (2002), o diagnóstico inicial é fundamental e, portanto, deve ser estabelecido um contrato com tal fim, implicando a criação e utilização de dispositivos para ouvir todas as partes, além daquela que fez a demanda inicial e coletar os dados necessários. Segundo este autor, "o diagnóstico já é uma operação de intervenção" (BAREMBLIIT, 2002, p. 102), por isso deve ser autorizado e legitimado.

Toda instituição tem uma organização própria e objetivos específicos que devem ser devidamente conhecidos pelos intervenientes para que possam decidir sua tarefa profissional na instituição. A instituição possui objetivos explícitos e implícitos, necessidades manifestas e latentes. Ao analisar uma instituição o psicólogo deve não só conhecer os aspectos explícitos, mas, principalmente, os implícitos para tomar decisões e realizar assim sua tarefa de intervenção. Quanto aos objetivos, é necessário diferenciar os próprios objetivos da instituição (explícitos e implícitos), dos objetivos para os quais a instituição solicita ou aceita a intervenção do psicólogo. É o estudo diagnóstico que permite conhecer mais profundamente a instituição e suas necessidades (BLEGER, 1984).

Sendo assim, a primeira etapa consiste em tramitar as devidas autorizações e estabelecer o contrato para o levanta-

mento diagnóstico. Em seguida, devem-se delinejar os passos necessários para a coleta das informações que permitirão caracterizar a instituição, organização ou comunidade e diagnosticar as necessidades psicosociais.

Diversos instrumentos podem ser utilizados nesta etapa para a coleta de informações e dados; os mais empregados são: entrevistas abertas, semiacertas e/ou fechadas, questionários, observações, análise histórica e documental, diário de campo, fotos, filmes, gravações e outros procedimentos comumente utilizados nas pesquisas-ação e pesquisas participantes (MACHADO, 2004; SARRIERA et al., 2000; SARRIERA, 2008).

Todos os contatos que o psicólogo estabelece com a instituição/organização ou comunidade fornecem material importante para o diagnóstico. Logo, este deve estar atento a todo tipo de informação verbal ou não verbal, positiva ou negativa, assim como às alianças, defesas e resistências dos vários profissionais que atuam na instituição. Por isso, convém ao psicólogo registrar minuciosamente suas visitas, contatos, observações, entrevistas, não pouRANDO detalhes, pois são estes que muitas vezes fornecem pistas sobre as necessidades latentes.

Todos os primeiros contatos já conduzem a uma impressão preliminar de caráter diagnóstico, para o qual se deve conhecer também a história da instituição e – pelo menos – os grandes delineamentos de suas características. (BLEGER, 1984, p. 51).

As visitas institucionais e entrevistas devem ser previamente agendadas de acordo com a disponibilidade de ambas as partes: interventor e instituição. É fundamental respeitar as características da instituição, sua rotina, suas normas e seu funcionamento. O interventor deve manter sempre uma atitude ética e de respeito para com a instituição, seus dirigentes, seus funcionários e sua clientela.

Mas, o que é necessário saber sobre a instituição? É necessário conhecer vários aspectos da realidade institucional. Para efeito didático, são apresentados, no anexo 1, um roteiro para caracterização da instituição e um levantamento das necessidades psicossociais. Algumas ideias para esse roteiro foram extraídas de Bleger (1984) e Sarriera (2008). O roteiro inclui questões relacionadas aos seguintes aspectos:

- a) Dados da instituição
- b) Histórico da instituição
- c) Serviços/clientela
- d) Infraestrutura da Instituição
- e) Funcionários/Profissionais
- f) Necessidades psicossociais (relacionadas à equipe técnica e aos funcionários; relacionadas à clientela)
- g) Interesse e disponibilidade institucional para o desenvolvimento de um projeto de intervenção psicossocial

Evidentemente, esses dados serão coletados ao longo de uma série de visitas, entrevistas, observações e deverão ser organizados em forma de relatório que permita extrair conclusões e traçar um diagnóstico das necessidades psicossociais da instituição. É esse diagnóstico que norteará as decisões com relação ao(s) foco(s) da intervenção.

Segundo Nasciutti (1996, p. 109-110), ao analisar a instituição o psicossociólogo:

[...] vai dirigir seu olhar tanto para o que é de ordem do instituído (lugar da instituição no sistema socioeconômico-político, identidade social, história), tanto para o que é de ordem funcional (hierarquia, sistemas de decisão e de comunicação, funcionamento formal, divisão de papéis), assim como procurará apreender o que é da ordem do sujeito e das relações interpessoais.

É necessário, portanto, analisar diferentes níveis para compreender a complexidade da realidade institucional.

Após a coleta dos dados, estes devem ser analisados, o que pode ser feito por meio de diferentes técnicas. A escolha das técnicas deve estar relacionada aos objetivos da análise. Muitas vezes são utilizadas várias técnicas ao mesmo tempo. As técnicas devem abranger aspectos qualitativos e quantitativos (SARRIERA, 2008). Podem ser usadas, portanto, análises estatísticas, análises de conteúdo, análises do discurso, etc.

Ao analisar as necessidades psicossociais é necessário definir quais as prioridades e os pontos de urgência para então poder planejar a intervenção. O estabelecimento de prioridades depende de critérios diversos; não só do tipo de problema e de sua urgência, mas também dos recursos humanos, econômicos e técnicos. Além disso, “a planificação tem que contemplar não só a urgência imediata como também objetivos de mais largo alcance” (BLEGER, 1984, p. 76). Alguns índices para avaliar as prioridades são apontados por esse autor como sugeridos por Molina e Adriásola: “gravidade do dano, possibilidade de evitar o dano, custo *versus* dano, rendimentos, atitude da comunidade.” (BLEGER, 1984, p. 76).

Lévy (1994) aponta também três pontos importantes para a análise da demanda:

- considerar a heterogeneidade da demanda;
- situar a ação em uma perspectiva de pesquisa;
- definir, desde o início da ação, os objetos de pesquisa comuns aos interventores e solicitantes estabelecendo uma relação de colaboração.

A análise das necessidades prioritárias deve, portanto, ser feita em conjunto com a equipe institucional, pois interventor e instituição devem estar de acordo nas decisões que serão tomadas com relação ao(s) foco(s) da intervenção. Só então poderá ser estabelecido um contrato definitivo que permitirá avançar para a etapa seguinte que consiste em planejar a intervenção, definindo estratégias, táticas e técnicas e elaborando assim um projeto com o devido embasamento teórico e metodológico. Esse tema será objeto do próximo capítulo.

Referências bibliográficas

- BAREMBLITT, G. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática.* 5. ed. Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002.
- BLEGER, J. *Psico-higiene e psicologia institucional.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- LÉVY, A. A psicossociologia: crise ou renovação. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção.* Petrópolis: Vozes, 1994. p. 101-112.
- MACHADO, M. N. *Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo.* Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2004.
- NASCIUTTI, J. C. R. A instituição como via de acesso comunitade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.) *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.* Petrópolis: Vozes, 1996. p. 100-126.
- SARRIERA, J. C. Análisis de las necesidades de un grupo o comunidad: la evaluación como proceso. In: SAFORÇADA, E.; SARRIERA, J. C. (Comp.) *Enfoques conceptuales y técnicos en psicología comunitaria.* Buenos Aires: Paidós, 2008. p. 137-150.
- _____, SILVA, M. A. et al. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: SARRIERA J. C. (Coord.) *Psicologia comunitária: estudos atuais.* Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 25-44.

Anexo 1

Roteiro de caracterização institucional e diagnóstico de necessidades psicossociais

- I) Dados da instituição
 - 1) Nome da instituição
 - 2) Endereço completo
 - 3) Telefone/fax/e-mail/site
 - 4) Responsável pela instituição: nome e cargo
 - 5) Contato: nome e cargo

- II) Histórico da instituição
 - 1) Tipo de instituição (escola, centro comunitário, ONG, etc.)
 - 2) Quando foi fundada? Por quem? Está vinculada a algum órgão?
 - 3) Como e por quem é mantida a instituição?
 - 2) Qual é a missão da instituição? Quais são suas finalidades e seus objetivos?
 - 3) Quais os princípios e valores da instituição?
 - 4) Qual a contribuição social da instituição?
 - 5) Como se deu a evolução da instituição? Houve alguma mudança importante na instituição durante o seu período de funcionamento? Qual? Por quê?
 - 6) Quais são as principais normas da instituição?

- III) Serviços/clientela
 - 1) Qual(is) o(s) serviço(s) oferecido(s) pela instituição?
 - 2) Como é feita a divulgação dos serviços?
 - 3) Qual a clientela a quem os serviços se destinam?

- 4) Quantas pessoas se beneficiam atualmente dos serviços?
- 5) Qual é o fluxograma dos serviços oferecidos? Como é o funcionamento da instituição?
- 6) Quais os dias e horários de funcionamento?
- 7) Como a instituição avalia seus serviços? Quais foram os últimos resultados?

IV) Infraestrutura da instituição

- 1) Em que tipo de imóvel está instalada a instituição? O imóvel é próprio, alugado, emprestado, arrendado...?
- 2) Existem salas específicas para o desenvolvimento das atividades/serviços oferecidos à clientela?
- 3) As instalações são adequadas para os serviços oferecidos? Quais instalações são adequadas e quais são inadequadas ou precárias?

V) Funcionários/profissionais

- 1) Número de funcionários e cargos
- 2) Organograma/níveis hierárquicos
- 3) Quais os profissionais que desenvolvem os serviços oferecidos? Qual a situação profissional deles (contratados, prestadores de serviço, estagiários, voluntários...)
- 4) Existe uma equipe multiprofissional? Quais os profissionais que compõem essa equipe? Essa equipe se reúne com frequência? Qual a sistemática das reuniões? Qual o objetivo destas reuniões?
- 5) Como é o clima institucional? Como é o relacionamento entre os funcionários / técnicos/diretoria? (frio/competitivo/alegre/discreto/de confiança/de colaboração, etc.)

VI) Necessidades psicossociais

As necessidades psicossociais da instituição podem estar vinculadas tanto à equipe de técnicos e funcionários, quanto

à clientela atendida. Logo, ao explorar e analisar tais necessidades deve-se ter em mente a instituição como um todo.

Com relação à equipe técnica e funcionários:

- 1) Existe alguma demanda explícita ou implícita por parte do grupo de técnicos e funcionários da instituição? Caso exista, qual é esta demanda e como caracterizá-la em termos de necessidades psicossociais?
- 2) Estas necessidades, se existentes, comprometem os serviços oferecidos pela instituição? De que maneira?
- 3) Como a instituição lida com a resolução das necessidades psicossociais de seus técnicos e funcionários?

Com relação à clientela:

- 1) Quais são as necessidades psicossociais da clientela atendida pela instituição?
- 2) Quais as necessidades psicossociais que não estão sendo atendidas pela instituição? Por quê?
- 3) Quais as dificuldades que enfrenta a instituição para atender a essas necessidades?
- 4) Quais dessas necessidades são prioritárias de atendimento no presente momento?
- 5) Quais dessas necessidades seriam as mais viáveis de serem atendidas no presente momento?
- 6) Quais e quantas pessoas necessitariam ser atendidas? (descrever a clientela em termos de idade, sexo, nível socioeconômico, escolaridade, limitações...)
- 7) Qual o interesse dessas pessoas em participar de grupos de intervenção?
- 8) Qual a disponibilidade dessas pessoas para participar de grupos de intervenção? (de horário, de vinda à instituição, de engajamento, de tempo...)

VII) Interesse e disponibilidade institucional para o desenvolvimento de projeto de intervenção psicossocial

- 1) Há interesse e disponibilidade da instituição para que seja desenvolvido algum projeto de intervenção psicosocial? De quem é o interesse? Direção, equipe técnica, clientela?
- 2) A instituição tem condições de prover alguns recursos básicos para o desenvolvimento da intervenção? Quais?
- 3) Existe um espaço adequado para o desenvolvimento da intervenção? Quantas pessoas comportam esse espaço?
- 4) Como a instituição se propõe a colaborar para a divulgação e viabilização da intervenção?
- 5) Quais as dificuldades que a instituição prevê para a realização da intervenção?

VIII) Observações gerais sobre as visitas

- 1) De quem foi a demanda da intervenção? Partiu espontaneamente ou surgiu após divulgação do serviço?
- 2) Como foi o primeiro contato? Quem o atendeu pela primeira vez? Que impressão essa pessoa lhe causou?
- 3) Nas demais visitas, sempre foi atendido pela mesma pessoa? Foi encaminhado para outras? Quais? Por quê?
- 4) Como você percebeu o ambiente de trabalho? O relacionamento dos funcionários? O relacionamento entre funcionários e clientela?
- 5) Como você percebeu o interesse e a disponibilidade da instituição para uma intervenção? O interesse é compartilhado por todas as instâncias da instituição ou é apenas de um setor específico?

3

ELABORAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

Kathia Maria Costa Neiva

Um projeto de intervenção psicossocial é um trabalho científico e, portanto, sua construção deve ser pautada nas normas científicas em vigor. São muitas as obras dedicadas à metodologia científica e não é objetivo deste livro retomar tais questões, entretanto serão abordados aspectos específicos relacionados à elaboração de projetos na área de intervenção psicossocial.

Antes de iniciar a elaboração do projeto de intervenção deve-se ter uma resposta relativamente clara para cada uma das seguintes questões:

- Qual é o foco deste projeto (*tema*)?
- O que se pretende com este projeto (*objetivo*)?
- A quem se destina este projeto (*população-alvo*)?
- Por que e para que se pretende realizar este projeto (*justificativa*)?
- Qual a importância deste projeto para a instituição, comunidade, sociedade (*relevância*)?

As respostas às questões anteriores nortearão os aspectos teóricos e metodológicos do projeto. Entretanto, vale ressaltar que muitas decisões devem ser tomadas conjuntamente com a equipe institucional, como o foco da intervenção, os objetivos prioritários, a população-alvo, as condições da intervenção e outras. A participação da instituição é fundamental para a viabilização e o sucesso da intervenção.

A seguir serão apresentadas as etapas de elaboração de um projeto de intervenção psicossocial.

3.1. Formulação dos objetivos

“A elaboração de um processo de intervenção depende dos objetivos que se propõe atingir.” (SARRIERA et al., 2000, p. 32). Sendo assim, após a delimitação do(s) foco(s) da intervenção é fundamental definir seus objetivos. Os objetivos da intervenção devem ser discutidos e definidos em conjunto com a equipe institucional.

De acordo com Bleger (1984, p. 43): “A finalidade ou o objetivo que se deseja alcançar orienta a ação, formando parte do enquadramento da tarefa.” Ao estabelecer os objetivos, o psicólogo deve ter claro: a) os objetivos gerais ou mediatos de sua tarefa; b) sua aceitação ou não dos objetivos da instituição e dos meios que usa para alcançá-los e c) o diagnóstico dos objetivos particulares, imediatos ou específicos. Também não deve confundir os objetivos institucionais com seus objetivos profissionais. O psicólogo deve ter consciência que seu objetivo maior é o de psico-higiene, ou seja, a promoção de saúde e bem-estar dos integrantes da instituição e, portanto, em hipótese alguma deve renunciar a este objetivo.

Todo projeto tem um objetivo geral que será a meta principal a ser alcançada e objetivos específicos que permitirão o alcance do objetivo geral. No início da elaboração do projeto, quando a pesquisa bibliográfica ainda não avançou, os obje-

tivos específicos podem ainda não estar claros. À medida que o conhecimento sobre o tema foco da intervenção vai se ampliando, os objetivos específicos vão ficando mais evidentes. Durante toda a construção do projeto não se pode perder de vista o foco da intervenção nem seus objetivos. São estes que nortearão as decisões metodológicas.

Alguns exemplos de objetivo geral:

- Desenvolver a autoestima de jovens em situação de vulnerabilidade social.
- Facilitar a inserção profissional de egressos do sistema prisional.
- Fortalecer os vínculos familiares em lares sociais.

Vale ressaltar que os objetivos específicos devem ser construídos de forma simples e clara, evitando linguagens rebuscadas e mais explicações. Além disso, ao formulá-los deve-se ter em mente a possibilidade de serem efetivamente atingidos; não cabem objetivos vagos, imprecisos ou utópicos. Portanto, devem-se levar em conta os pontos de urgência sobre os quais intervir como objetivos imediatos.

3.2. Embasamento teórico

Com relação ao embasamento teórico, o primeiro passo é delimitar os temas de estudo que permitirão a compreensão do(s) foco(s) da intervenção. Campos (2004) sugere elaborar um rol de palavras ou termos que se relacionem diretamente com o tema para que possam ser utilizados na pesquisa bibliográfica. É importante selecionar devidamente o material de pesquisa e leitura, evitando ir além do foco, ou negligenciando materiais importantes.

Com o advento da internet, está bem mais fácil e ágil realizar uma pesquisa bibliográfica. Entretanto, encontra-se também muito material não científico na internet, o que re-

quer uma boa triagem. O mais adequado é realizar a pesquisa em bancos de dados científicos, tais como: BVS-Psi, PePSIC, SciELO, Lilacs, Medline, Portal Capes, Redalyc.

Além da delimitação dos temas a serem pesquisados, é importante definir a perspectiva sob a qual os temas serão tratados. A perspectiva sob a qual se estuda o tema é que determinará o desenvolvimento da intervenção (SEVERINO, 2000). Por exemplo, ao decidir-se por estudar o tema sob a perspectiva da psicanálise, essa mesma perspectiva deverá nortear os aspectos metodológicos e o desenvolvimento da intervenção. É importante haver uma coerência entre o embasamento teórico e as decisões metodológicas.

Ao longo da pesquisa bibliográfica deve-se procurar encontrar intervenções já realizadas, cujo foco foi similar ao que se pretende, analisando seus resultados, seus limites, suas críticas e suas sugestões. Esses trabalhos poderão servir de modelo ou gerar ideias interessantes. Nas referências bibliográficas desses trabalhos também se pode encontrar material importante de ser pesquisado.

O embasamento teórico sobre o tema foco da intervenção permite compreender melhor a problemática e facilita a tomada de uma posição sobre a perspectiva em que se pretende desenvolver a intervenção. Além disso, é a partir daí que se consegue aprimorar a formulação dos objetivos específicos e ter mais claras a justificativa e relevância da intervenção.

3.3. Metodologia

O cuidado com os aspectos metodológicos é fundamental. São eles que nortearão todo o desenvolvimento do projeto, logo devem ser decididos com muito critério. A seguir apresentaremos cada um dos aspectos metodológicos a serem definidos.

População-alvo

A definição da população que será alvo da intervenção é uma das primeiras questões a serem decididas. A compreensão dessa população e suas características fará uma diferença no desenvolvimento da intervenção. A intervenção visará um grupo específico, vários grupos de uma instituição, toda uma comunidade? É importante delimitar dentro dessa população qual será o grupo-alvo. Os procedimentos metodológicos devem tomar em conta a composição e características do grupo-alvo. Algumas perguntas:

- Quais as características sociodemográficas do grupo-alvo (sexo, idade, escolaridade, situação socioeconômica, etc.)?
- De quantas pessoas será composto o grupo-alvo?
- O grupo-alvo é um grupo homogêneo ou heterogêneo?

Instrumentos

A escolha dos instrumentos que serão utilizados depende diretamente do referencial teórico, dos objetivos e dos procedimentos a serem adotados na intervenção. Os psicólogos contam com vários materiais psicológicos que podem vir a ser utilizados como: testes, técnicas, jogos e atividades psicopedagógicas, dinâmicas de grupo e outros. A decisão dos instrumentos que serão utilizados deve estar diretamente relacionada aos objetivos formulados. Sendo assim, essa escolha deve ser muito criteriosa.

O projeto deve prever um Termo de Autorização para a participação na intervenção, sobretudo se o grupo-alvo for composto de menores. Nesse caso a autorização deve ser dada pelos pais ou responsáveis.

Deve-se utilizar também algum tipo de instrumento ou procedimento que permita avaliar a eficácia da intervenção, ou seja, se seus objetivos foram ou não alcançados. Sugere-se, que seja realizada uma avaliação prévia (pré-teste) e outra avaliação após a intervenção (pós-teste). Dessa forma, é possível avaliar mais fidedignamente as possíveis mudanças. No próximo capítulo essa questão será discutida com maior profundidade.

Duração, periodicidade e local

É importante prever o tempo de duração da intervenção, a periodicidade e duração dos encontros, assim como o local em que estes serão realizados. Entretanto, ao longo da intervenção essas condições podem ser revistas e mudanças no contrato são possíveis. Uma intervenção pode durar algumas horas ou até anos, mas ao elaborar o projeto deve-se ter uma ideia estimada do tempo necessário para o alcance dos objetivos propostos. Mudanças no contrato devem ser discutidas entre interventor e grupo-alvo, e as decisões devem ser tomadas conjuntamente, em alguns casos envolvendo também outras instâncias da instituição. Quando se lida com instituições, nem sempre é possível estabelecer contratos rígidos, pois muitas variáveis intervenientes podem levar a mudanças, por exemplo, no horário de início ou término de um encontro, no local previsto para as reuniões, na presença ou ausência dos participantes, etc. O interventor deve saber como lidar com essas situações e encontrar a solução mais adequada ou possível para a continuidade da intervenção.

A previsão da duração total da intervenção está relacionada aos objetivos que se pretende alcançar e às estratégias e procedimentos que serão utilizados. Quanto à duração dos encontros grupais, em geral esses encontros são semanais e

com duração de 90 a 120 minutos. Mas tudo depende da disponibilidade do grupo-alvo. Pode ocorrer que o grupo disponha apenas de 60 minutos por semana e nesse caso o planejamento de cada encontro deve ser adequado a esse tempo. É possível também planejar encontros mais longos ou até mesmo uma intervenção compactada em um final de semana.

Quanto ao local onde será realizada a intervenção, este deverá ser discutido com a instituição que, em geral, se responsabiliza por disponibilizar o espaço. Esse local, nem sempre é o mais adequado, mas às vezes é o único que permite a viabilização da intervenção. O ideal seria poder contar com uma sala com instalações adequadas, mas pode ocorrer que o único local disponível seja um pátio ou até mesmo uma praça ao ar livre.

Conforme Machado (2004, p. 45-46):

O ritmo da intervenção é instável, pois estabelecido pela inter-relação que se cria ao longo do trabalho entre pesquisador-consultor e pesquisado-cliente, pelos consentimentos recíprocos (incluindo o contrato entre as duas partes), pelas decisões tomadas sempre em discussão.

Procedimentos

O nível de detalhamento dos procedimentos pode variar, mas o importante é que o interventor tenha relativamente claro sua proposta de trabalho passo a passo.

Em algumas situações, o primeiro procedimento é divulgar a proposta de intervenção com a população-alvo, verificando assim os possíveis interessados para, a partir daí, constituir o grupo-alvo. Por exemplo, foi decidido junto com a equipe diretiva de uma ONG que promove ações socioeducativas, oferecer aos adolescentes uma intervenção com o objetivo de prepará-los para uma primeira inserção profissional. É neces-

sário planejar como isso será divulgado com os adolescentes e os pais. Por meio de uma palestra, de uma carta-convite, de uma reunião, de um cartaz? Em seguida, deve-se prever como serão feitas as inscrições para participar do trabalho e tramitadas as autorizações dos pais ou responsáveis, no caso de menores.

Constituído o grupo-alvo, é necessário planejar os encontros. Pode-se considerar que toda intervenção em grupo passa por três momentos, com características bem específicas:

I. Apresentação e integração do grupo

Este é o momento inicial no qual se facilita a apresentação e integração dos participantes incluindo os intervenientes, apresentam-se os objetivos da intervenção e estabelece-se o contrato de trabalho. Nessa fase inicial, exploram-se também as expectativas do grupo com relação à intervenção e realiza-se uma avaliação prévia (pré-teste) da condição dos participantes com relação ao aspecto que será foco da intervenção.

II. Desenvolvimento

Essa fase é composta de todos os encontros que visam trabalhar os objetivos específicos, estimulando o que for previsto para que as mudanças objetivadas possam se processar.

III. Avaliação e despedida do grupo

Este é o momento final, quando se avaliam a intervenção e as possíveis mudanças do grupo. Nessa etapa reavalia-se a condição dos participantes com relação ao aspecto focado na intervenção (pós-teste). Além disso, promove-se a despedida do grupo e discute-se sobre a continuidade das ações pós-intervenção.

Ao planejar cada um dos encontros, deve-se definir:

- objetivos do encontro;
- instrumentos que serão utilizados;
- procedimentos que serão realizados;
- recursos necessários.

Para o planejamento de cada encontro é necessário ter sempre em mente a duração do encontro, evitando assim planejar mais do que será possível realizar. Por isso, ao descrever cada um dos procedimentos que serão realizados (por exemplo, apresentação dos membros do grupo, aplicação da dinâmica X ou da técnica Y, discussão do tema Z), deve-se estar atento à duração de cada atividade. Assim, podem-se distribuir melhor as atividades no encontro e assegurar-se de que será possível cumprir o planejamento.

Vale ressaltar, que ao longo do desenvolvimento da intervenção, o planejamento realizado é passível de adaptações e mudanças; pois, com frequência, outras situações são trazidas pelos participantes do grupo que merecem a atenção e necessitam ser trabalhadas. Entretanto, não se pode perder o foco geral do trabalho, pois, do contrário, será muito difícil alcançar os objetivos previstos.

IV. Recursos

Não se pode esquecer de incluir a previsão dos recursos necessários para o desenvolvimento da intervenção. Os recursos podem ser:

- **Humanos:** Deve-se prever quais e quantos profissionais serão necessários para a realização da intervenção.
- **Materiais:** É necessário prever todo o material que será necessário, desde o material psicológico (testes,

técnicas), até o material de escritório (papel sulfite, lápis, caneta, lousa, giz, cartolina, etc.) e também o mobiliário (sala com carteiras, colchonetes, etc.). Em geral, esse material é disponibilizado pela instituição.

Em alguns casos é necessário fazer uma previsão de custo e um cronograma de atividades. É comum as instituições solicitarem tais informações.

Foram apresentados anteriormente os aspectos principais para a elaboração de um projeto. Com relação à sua redação, é importante seguir as normas de redação de trabalhos científicos que podem ser encontradas nos livros de metodologia científica. Sugere-se o livro *Metodologia do trabalho científico* (SEVERINO, 2000), bastante completo e de leitura fácil.

Finalmente, é necessário cuidar da apresentação do projeto, que geralmente é entregue à instituição para que seja submetido à apreciação. O projeto deve constar das seguintes partes:

- *Capa* na qual deve constar o título, o nome dos autores e o ano.
- *Sumário* no qual são relacionadas todas as partes do trabalho e suas respectivas páginas.
- *Resumo* no qual deve constar de forma breve (100 a 300 palavras), os elementos principais do projeto: tema, justificativa, objetivo e metodologia.
- *Introdução* que é iniciada com uma apresentação de como surgiu a ideia do projeto, resumindo as etapas de caracterização da instituição e levantamento de necessidades psicossociais. Em seguida passa-se ao embasamento teórico que deve conter uma revisão teórica do(s) tema(s) ou problema(s) sobre o(s) qual(is) se intervirá, enfatizando qual referencial teórico será utilizado no projeto de intervenção. É importante desenvolver

um raciocínio lógico e coerente e não perder de vista os objetivos do trabalho. Finaliza-se com a justificativa e relevância social do projeto de intervenção.

- *Objetivos* gerais e específicos, que podem ser apresentados em tópicos.
- *Metodologia* que deve incluir todos os aspectos anteriormente mencionados: população-alvo, instrumentos, duração, procedimentos.
- *Recursos* que englobam os recursos humanos e materiais.
- *Anexos* que devem ser devidamente apresentados e numerados no texto, sendo compostos de cartas, fichas, termos, técnicas e atividades, etc. Neste item, deve-se colocar uma capa para cada anexo, constando seu número e título.
- *Referências bibliográficas*, compostas de todas as obras mencionadas ao longo do texto, devidamente referenciadas de acordo com as normas científicas.

Após a elaboração do projeto e aprovação dele pela instituição, passa-se ao desenvolvimento da intervenção propriamente dita, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Referências bibliográficas

- BLEGER, J. *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- CAMPOS, L. F. L. *Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia*. 3. ed. Campinas: Ed. Alínea, 2004.
- MACHADO, M. N. *Práticas psicossociais; pesquisando e intervindo*. Belo Horizonte: Edições Campo Social, 2004.

SARRIERA, J. C. et al. Intervenção psicossocial e algumas questões éticas e técnicas. In: SARRIERA J. C. (Coord.) *Psicologia comunitária: estudos atuais*. Porto Alegre: Sulina, 2000. p. 25-44.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.